

Gazeta Mercantil

26-28/11/94

146

**VARIG****"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)**

Companhia Aberta - CGC/MF N° 92.772.821/0001-64

**"ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (SUMÁRIO)**

**Local e data da Assembleia:** na sede social, instalada na Rua 18 de Novembro, n° 800, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do dia 8 de novembro de 1994. **Mesa Diretora:** os acionistas Francisco Antunes Maciel Mussnisch e Vera Maria Costa Dias Andriotti, respectivamente, presidente e secretária, aclamados por todos os acionistas presentes. **Presença em primeira convocação:** acionistas que representavam 94% (noventa e quatro por cento) do capital com direito a voto, como se verificou do Livro de Presença. Estavam presentes, também, vários conselheiros de administração, diretores da Companhia e o representante dos auditores independentes, Sr. Jairo Coelho da Silva. O presidente convidou, para que também tomasse assento à Mesa, o representante do acionista Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Milton Souza Dri. **Publicações prévias:** o Edital de Convocação foi publicado, no "Diário Oficial" do Estado do Rio Grande do Sul, na edição dos dias 31 de outubro, 1 de novembro e 3 de novembro de 1994; no jornal "Zero Hora", de Porto Alegre, na edição dos dias 31 de outubro, 1 de novembro e 2 de novembro de 1994; na "Gazeta Mercantil", de São Paulo, na edição dos dias 31 de outubro, 1, 2 e 3 de novembro de 1994 e no "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, na edição dos dias 31 de outubro, 1, 2 e 3 de novembro de 1994. **Deliberações:** Postos em discussão, e posterior votação, os itens da ordem-dia, a Assembleia deliberou: (1°) Eleger, para compor o Conselho de Administração para mandato de 3 (três) anos, mantida a mesma remuneração mensal individual atribuída por Assembleia Geral, os seguintes 9 (nove) acionistas da Companhia: para Presidente, **Rubel Thomas**, brasileiro, casado, administrador, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, onde reside na Av. Rui Barbosa, n° 364, apto. 501, inscrito no CPF/MF sob o n° 062.798.808-34, portador da carteira de identidade de registro geral n° 3.502.206, expedida pela SSP/SP em 25 de fevereiro de 1986; para Vice-Presidente, **Joaquim Fernandes dos Santos**, brasileiro, casado, administrador, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde reside na Praia do Flamengo, n° 334, apto. 601, inscrito no CPF/MF sob o n° 005.613.638-20, portador da carteira de identidade de registro geral n° 2.828.217, expedida pela SSP/SP em 18 de junho de 1980; **Aguinaldo de Mello Junqueira Filho**, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, onde reside na Rua General Artigas, n° 485, apto. 1001, inscrito no CPF/MF sob o n° 010.744.237-04, portador da carteira de identidade de registro geral n° 2.253.783, expedida pelo Instituto Felix Pacheco em 28 de março de 1967; **Harro Fouquet**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua João Felipe Silva 153, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob o n° 010.199.388-34, portador da carteira de identidade de registro geral n° 1.012.628 SSP/SP — estes reeleitos — e os Srs. **Wilson Nélito Brumer**, brasileiro, separado judicialmente, administrador, com endereço na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Tupis, n° 38, 15° andar, Centro, inscrito no CPF/MF sob o n° 049.142.366-72, portador da carteira de identidade de registro geral n° 02-27296 - 2 CRA/RJ; **Nelson de Sampaio Bastos**, brasileiro, divorciado, administrador, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Osvaldo Leite Ribeiro, n° 222, inscrito no CPF/MF sob o n° 026.791.248-04, portador da carteira de identidade de registro geral n° 2.377.151 SSP/SP; **Arnoldo Souza de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Vieira Souto, n° 364, Cob. 01, inscrito no CPF/MF sob o n° 290.023.207-44 e portador da carteira de identidade de registro geral n° 18958/D CREA; **Ingo Pflüger**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maestro Eduardo Guarnieri, n° 178, inscrito no CPF/MF sob o n° 754.500.708-53, portador da carteira de identidade de registro geral n° 2.885.436 SSP/SP; e **Ten. Brig. do Ar Lino Pereira**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Eng. Ataulpho Coutinho, n° 200, Bl. 1, apto. 607, inscrito no CPF/MF sob o n° 026.087.907-04 e portador da carteira de identidade de registro geral n° 28451 do Ministério da Aeronáutica. Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia Geral. O presidente da Companhia, Sr. Rubel Thomas, fez exposição oral sobre a reestruturação financeira pela qual passa a VARIG, notadamente com relação às negociações com a General Electric Capital Corporation, cujo detalhamento já havia sido objeto de deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de outubro de 1994, tendo a Assembleia manifestado sua ciência quanto ao desenvolvimento e conclusão dessas negociações, endossando os atos de administração neste sentido. A Assembleia autorizou a emissão, na publicação desta ata, dos nomes dos acionistas que a subscreverem. **Documentação:** foram recebidos e autenticados pela Mesa da Assembleia e ficarão arquivados na Sede Social em pasta correspondente à presente ata os seguintes documentos: **Doc. n° 1.** Protesto da acionista Ponta Funda sobre a ausência de representante de acionista minoritário no Conselho de Administração, o qual foi objeto de contestação pelo Conselho de Administração Dr. Aguinaldo Junqueira, que esclareceu que a Lei prevê as condições necessárias para essa representação. **Doc. n° 2.** Manifestação da acionista APVAR (Associação dos Pilotos da VARIG) no sentido de participar do processo de eleição dos conselheiros de administração, o qual foi objeto de comentário pelo conselheiro Dr. Aguinaldo Junqueira, que esclareceu serem quatro membros do conselho de administração empregados da Companhia com contrato de trabalho suspenso ou ex-empregados já aposentados. **Doc. n° 3.** Manifestação da acionista Ponta Funda no sentido de ter acesso a todos os documentos e livros da Companhia com o objetivo de viabilizar negociações com grupo investidor estrangeiro e Ponta Funda com o objetivo de capitalizar a Companhia. Esta manifestação foi objeto de discussão tendo sido decidido que a matéria não fazia parte da ordem-dia, sendo estranha à Assembleia Geral e, em consequência, não poderia ser submetida à deliberação desta Assembleia Geral. Esta última deliberação foi aprovada pela maioria dos votos presentes, excetuados os da acionista Ponta Funda e dos acionistas Quintilhano Freitas e Roberto Paravagna, que votaram contra. Foi dada a palavra ao Diretor Presidente da Companhia, que manifestou sua disposição em receber o representante da acionista Ponta Funda para exame da proposta de capitalização aludida no Doc. n° 3. A Assembleia registrou, ainda, a manifestação oral do acionista Roberto Paravagna, apresentada após a eleição do novo Conselho de Administração, de aumento do número de conselheiros, de 9 para 11, e fim de facilitar pelo sistema de voto múltiplo a representação de grupos minoritários. Esta manifestação será objeto de carta do Sr. Roberto Paravagna à administração da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa e por acionistas que perfazem o "quorum" legal. **Porto Alegre, 8 de novembro de 1994.** A Mesa da Assembleia (a) Francisco Antunes Maciel Mussnisch - Presidente (a) Vera Maria Costa Dias Andriotti - Secretária (seguem-se as assinaturas dos acionistas que perfazem o "quorum" legal). Certificamos que esta é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Porto Alegre, 8 de novembro de 1994.** (a) Francisco Antunes Maciel Mussnisch, Presidente. (a) Vera Maria Costa Dias Andriotti, Secretária. (a) Watterson Fontoura Caravajal, Diretor Vice Presidente. **VISTO:** Flávia Zettler Gruber - OAB-RS 6931.

**abrasca**  
 100% companhia associada

 UMA EMPRESA  
 COM AÇÕES EM  
 PODER DO PÚBLICO


**AÇÃO**  
 100% companhia associada
**VARIG****"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)**

Companhia Aberta - CGC/MF N° 92.772.821/0001-64

**"ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (SUMÁRIO)**

**Local e data da Assembleia:** na sede social, instalada na Rua 18 de Novembro, n° 800, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do dia 17 de novembro de 1994. **Mesa Diretora:** os acionistas e advogados Francisco Antunes Maciel Mussnisch e Vera Maria Costa Dias Andriotti, respectivamente, presidente e secretária, aclamados por todos os acionistas presentes. **Presença em primeira convocação:** acionistas que representavam 88% (oitenta e oito por cento) do capital com direito a voto, como se verificou do Livro de Presença. Estavam presentes, também, vários conselheiros de administração, diretores da Companhia e o representante dos auditores independentes, Sr. Giuseppe Rosito. O presidente convidou, para que também tomasse assento à Mesa, o representante do acionista Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Milton Souza Dri. **Publicações prévias:** O Edital de Convocação foi publicado, no "Diário Oficial" do Estado do Rio Grande do Sul, na edição dos dias 9, 10 e 11 de novembro de 1994; no jornal "Zero Hora", de Porto Alegre, na edição dos dias 9, 10 e 11 de novembro de 1994; na "Gazeta Mercantil", de São Paulo, na edição dos dias 9, 10, 11, 12 e 13 de novembro de 1994 e no "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, na edição dos dias 9, 10 e 11 de novembro de 1994. A secretária procedeu à leitura do Edital de Convocação, da Proposta do Conselho de Administração para a emissão de debêntures conversíveis em ações, e, em seguida, o presidente do Conselho Fiscal leu o parecer favorável daquele órgão para a referida emissão. O acionista Lúcio Lauretti formulou proposta no sentido de que fossem acrescentados à proposta do Conselho de Administração itens relativos à conversibilidade das debêntures, prêmio e exercício do direito de preferência, tendo em vista a evolução das negociações entre a VARIG e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Deu-se a palavra ao Diretor Financeiro da Companhia, Sr. Carlos Ebner Neto, que fez exposição oral sobre as condições para a emissão de debêntures a ser deliberada pela Assembleia. A acionista Ponta Funda, através de seu representante, Dr. Ivan Nunes Ferreira, reiterou proposta de capitalização da Companhia já anteriormente formulada, via aumento de capital pela Ponta Funda e Grupo por ela representado, solicitando novamente reunião com a administração da Companhia para estudo dessa proposta. O Diretor Vice-Presidente, Sr. Joaquim Fernandes dos Santos, esclareceu que a proposta de capitalização anteriormente apresentada por aquela acionista, tomara por base, preços excessivamente depreciados, em prejuízo da participação dos antigos acionistas (dado o baixo valor de cotação das ações em bolsa), e que a matéria agora poderia ser examinada pelo Conselho. Tomou a palavra o Diretor Financeiro Carlos Ebner, que esclareceu as bases de negociação com o BNDES e o processo de valorização da empresa adotado por aquela instituição. O Presidente da Assembleia esclareceu que o Conselho Fiscal deveria se pronunciar a respeito do acréscimo à Proposta do Conselho de Administração sugerido pelo acionista Lúcio Lauretti, o que foi feito ato contínuo, tendo sido esse acréscimo aprovado pela unanimidade dos Conselheiros Fiscais da Companhia. Deu-se a palavra ao acionista Aguinaldo Junqueira, que propôs fosse de 30 (trinta) dias o prazo para o exercício do direito de preferência. O representante da acionista Ponta Funda, propôs o prazo de 60 dias, e após reformulou sua proposta para acompanhar a do Dr. Aguinaldo Junqueira. **Deliberações:** Examinados a proposta do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal da Companhia, e postos em discussão e posterior votação todos os itens da ordem-dia, a Assembleia deliberou: (1°) Autorizar a emissão, para distribuição pública, de até 130.000 (cento e trinta mil) debêntures conversíveis em ações, no valor total de até R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) dividida em 3 (três) séries, e sob as seguintes condições: **I - DA EMISSÃO - 1. Distribuição:** As DEBÊNTURES serão objeto de distribuição pública respeitado o direito de preferência dos antigos acionistas, através de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM n° 13, de 30 de agosto de 1980. **2. Quantidade de Títulos:** Serão emitidas até 130.000 (cento e trinta mil) DEBÊNTURES. **3. Data da Emissão:** Para todos os efeitos legais, especialmente a contagem dos acréscimos financeiros, a data-base dos efeitos financeiros da emissão de todas as séries das DEBÊNTURES (aqui denominada apenas DATA DE EMISSÃO) será o dia 1° de novembro de 1994. **4. Valor da Emissão:** O valor global da emissão será de até R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) na DATA DE EMISSÃO. **5. Valor Nominal Unitário:** As DEBÊNTURES de todas as séries terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na DATA DE EMISSÃO. **6. Conversibilidade em Ações e Séries:** A emissão será feita em três séries, sendo: a) a 1.ª série, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), composta de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA; b) a 2.ª série, no valor de até R\$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais), composta de até 71.000 (setenta e uma mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA. c) a 3.ª série, no valor de até R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), composta de até 34.000 (trinta e quatro mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais da EMISSORA. **7. Data do Vencimento Final:** As DEBÊNTURES terão um prazo de 60 meses, sendo, portanto, o seu vencimento em 1° de novembro de 1999. **II - DO TÍTULO:** As DEBÊNTURES terão as seguintes condições e características: **1. Forma:** As DEBÊNTURES de todas as séries serão nominativas, não endossáveis, negociadas na forma prevista no sub-item II.13 abaixo. **2. Espécie:** As DEBÊNTURES de todas as séries serão da espécie subordinada, sendo que as debêntures da 1.ª e 2.ª séries serão garantidas por fiança prestada pelos bancos credores, na proporção de seus respectivos créditos contra a Emissora. **2.1 -** A fiança compreenderá não só o principal da dívida da EMISSORA em relação aos debenturistas, mas também quaisquer acréscimos decorrentes de correção monetária e juros compensatórios ou moratórios, prêmio e de quaisquer outros eventuais acessórios, inclusive em caso de vencimento antecipado da dívida. **3. Preço de Subscrição:** Para os efeitos desta emissão de DEBÊNTURES, o preço de subscrição corresponderá ao valor nominal da DEBÊNTURE, na data da emissão, atualizado monetariamente na forma aqui estabelecida, acrescido de juros *pro rata temporis* até a data da efetiva subscrição. **4. Forma de Pagamento:** O preço de subscrição das DEBÊNTURES será pago à vista, em moeda corrente no País, no ato da subscrição. **5. Correção Monetária:** As Debêntures terão o seu valor nominal corrigido monetariamente, a cada ano, mediante a acumulação de 12 (doze) IPC-r mensais, a contar da DATA DA EMISSÃO, inclusive, ou do último pagamento anual de juros, inclusive, até a data do vencimento, dos resgates ou da conversão em ações. **5.1 -** Na hipótese de atraso na divulgação do IPC-r, e, ainda, no caso de sua indisponibilidade em eventual resgate antecipado ou vencimento antecipado das debêntures, o valor a ser pago será calculado com base no último IPC-r mensal conhecido. O saldo remanescente decorrente da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, será pago ou devolvido no primeiro dia útil do mês subsequente à efetivação do referido resgate ou ao vencimento antecipado, corrigido-se *pro rata* dia e o valor devido, com base no IPC-r correspondente ao mês do vencimento ou resgate das debêntures até a data do efetivo pagamento. **5.2 -** Na hipótese de extinção do IPC-r ou em caso de proibição legal de sua utilização como índice de correção nas emissões de debêntures e não havendo a divulgação de sucedâneo legal, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado em subs-

tituição o índice determinado em lei, ou na sua ausência um índice de preços que reflita a perda do valor da moeda no tempo, aprovado pela assembleia geral de debenturistas. **5.3 -** Se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, vier a ser permitido e/ou não mais vedado expressamente a correção monetária pelo IPC-r em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser reajustados dentro do menor período de reajuste admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima pactuados. **5.4 -** O produto da correção agregará-se ao valor nominal para o cálculo do pagamento dos resgates e do valor base para a conversão em ações. **6 - Juros Remuneratórios:** As DEBÊNTURES vencerão juros remuneratórios brutos de 12% a.a. (computados na base de 360 dias) incidentes sobre o seu valor nominal corrigido na forma estabelecida no item 5 supra, pagos anualmente, a cada primeiro dia útil do mês de novembro, a partir de novembro de 1995, sendo a taxa de juros referida neste item calculada exponencialmente na data do pagamento, com base no número de dias decorridos entre a DATA DA EMISSÃO ou do último pagamento, conforme o caso, e a data do efetivo pagamento. **7. Prêmio:** As DEBÊNTURES darão direito a um prêmio anual, contado a partir da data de emissão, pagável no dia 1° de novembro de cada ano, e devido, ainda, nas hipóteses e nas datas do vencimento antecipado, resgates facultativos e nas amortizações, calculado pela diferença positiva, se houver, apurada nas datas dos respectivos pagamentos, entre: i) a média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira sem vinculação a repasse específico, publicada no Diário Oficial da União (seção 3) nos dias 10 e 25 de cada mês ou na edição subsequente àquelas datas, se a referida publicação oficial não for editada naquelas datas; e, ii) o índice de correção monetária das debêntures, IPC-r. **7.1 -** O prêmio não será devido na hipótese de conversão das DEBÊNTURES. **8. Amortização:** A EMISSORA se obriga a amortizar o principal de cada debênture em circulação, que será calculado pelo seu valor nominal na DATA DA EMISSÃO, atualizado na forma adiante prevista, em três parcelas anuais e sucessivas, na seguinte proporção: i) 30% (trinta por cento) na data de primeiro de novembro de 1997; ii) 30% (trinta por cento) na data de primeiro de novembro de 1998; iii) 40% (quarenta por cento) na data de primeiro de novembro de 1999. **9. Direito de Preferência na Subscrição:** Os acionistas terão direito de preferência à subscrição das DEBÊNTURES, a contar da publicação do aviso aos acionistas, para a subscrição das DEBÊNTURES, na forma do artigo 171, parágrafo primeiro, letra "b" da Lei n° 6.404/76, na proporção de suas ações no capital da EMISSORA. **10. Locais e Datas de Pagamento de Juros e Valor Nominal:** O valor nominal das DEBÊNTURES, os juros devidos e eventual prêmio serão pagos nas datas estabelecidas para os seus respectivos vencimentos, através do sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA na hipótese do debenturista não estar vinculada ao sistema. **10.1 -** Caso não haja expediente comercial ou bancário na data do vencimento no local onde o pagamento de qualquer obrigação deve ser efetuado, o respectivo prazo será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente. **11. Vencimento final:** Por ocasião do vencimento final a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das DEBÊNTURES ainda em circulação, pelo seu valor nominal corrigido monetariamente na forma do sub-item II.5 e acrescido dos juros remuneratórios. **12. Decadência do Direito aos Acréscimos:** As DEBÊNTURES, após o vencimento final, não vencerão juros, nem serão objeto de correção monetária. **13. Negociação:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. **14. Juros Moratórios:** Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora no pagamento do principal, atualização monetária e juros, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros e atualização monetária na forma ora estabelecida, bem como a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, incidentes sobre o valor em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial. **15. Opção de Conversão:** É facultada aos Debenturistas a conversão de suas DEBÊNTURES em ações ordinárias ou preferenciais, a qualquer tempo até a data do vencimento final, com observância das seguintes proporções entre debêntures e ações convertidas em cada série: i) da data da subscrição até o trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1995 — cada debênture poderá ser convertida em 385 ações; ii) do dia primeiro do mês de novembro de 1995 até trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1996 — cada debênture poderá ser convertida em 308 ações. iii) do dia primeiro do mês de novembro de 1996 até trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1997 — cada debênture poderá ser convertida em 254 ações. iv) do dia primeiro do mês de novembro de 1997 até trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 1998 — cada debênture poderá ser convertida em 178 ações. v) do dia primeiro do mês de novembro de 1998 até o primeiro dia do mês de novembro de 1999 — cada debênture poderá ser convertida em 102 ações. **15.1 -** As ações decorrentes da conversão, farão jus aos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações preferências ou ordinárias, conforme seja o caso, e farão jus às bonificações distribuídas a partir da data da solicitação da conversão pelo debenturista, bem como a dividendos integrais se as debêntures forem convertidas no primeiro semestre e a 50% desses dividendos se forem convertidas no segundo semestre. **15.2 -** O debenturista que desejar exercer seu direito de converter as debêntures de que é titular em ações de emissão da EMISSORA deverá comunicá-lo à mesma, por escrito, inclusive por telex ou fac-símile confirmado por carta com protocolo, na mesma data, devendo a conversão ser efetuada no mesmo dia do recebimento do pedido pela EMISSORA. **15.2.1.** A Comunicação de que trata este sub-item deverá conter: a) o número de debêntures a serem convertidas; b) em caso de investidor estrangeiro, o nome do banco ou sociedade no Brasil ou outro local acordado entre a EMISSORA e os Debenturistas ao qual devem ser enviadas as ações decorrentes da conversão. **15.3 -** O número de ações decorrentes da conversão das debêntures mencionada no sub-item III 15, será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da DATA DA EMISSÃO, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos. **15.4 -** Sempre que a EMISSORA aumentar o seu capital social por subscrição, com emissão de novas ações, ou emitir bônus de subscrição, os debenturistas terão o direito de converter suas debêntures em ações, pelo mesmo e idêntico preço de emissão das ações relativas ao aumento de capital, ou de exercício dos bônus de subscrição, não sendo, portanto, aplicáveis as proporções estabelecidas no caput deste item 15. Para tal fim, deverão os debenturistas comunicar à EMISSORA a intenção do exercício de tal direito, no mesmo prazo do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA, ou no prazo do eventual direito de prioridade conferido aos acionistas da EMISSORA, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública de ações ou dos bônus de subscrição. Nesta hipótese o preço de emissão das ações ou do exercício dos bônus supracitados será reajustado desde o início dos bônus anteriormente mencionados até a data do expresso pedido de conversão, pela mesma forma e pelos mesmos índices e taxas aplicáveis às debêntures. **15.5 -** Os direitos das ações decorrentes da conversão efetuada com base nos critérios aludidos no sub-item 15.5 serão os mesmos das ações inscritas por ocasião do respectivo aumento de capital. **15.6 -** Os titulares das ações decorrentes da conversão de debêntures ocorrida até a data da publicação da deliberação de aumento de capital mediante subscrição de ações ou do exercício dos bônus de subscrição, exclusiva, terão direito de preferência para a subscrição dos mesmos, ficando excluídos deste direito os titulares de ações decorrentes da conversão ocorrida após aquela data. **15.7 -** Na hipótese de ocorrerem emissões de debêntures com base de conversão mais favorável, fica assegurado aos debenturistas detentores de debêntures desta emissão em circulação, o direito de ter suas debêntures convertidas nas mesmas bases das novas emissões. **15.8 -** No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital dela decorrentes serão realizados mensalmente, e averbados na Junta Comercial da sede da EMISSORA, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos observado o disposto no inciso II do Artigo 166 da Lei n° 6.404/76, e no estatuto social da EMISSORA. **15.9 -** Os certificados das ações resultantes da conversão, serão colocados à disposição de seus titulares até 03 (três) dias úteis após a data da solicitação de conversão. **15.10 -** Para todos os efeitos legais, considerará-se a data de conversão a data do recebimento do respectivo pedido na sede da EMISSORA ou em local que a mesma venha a indicar. **15.11 -** As frações de ações oriundas da conversão serão pagas pela EMISSORA em dinheiro, na data de conversão. **15.11.1 -** Quaisquer valores de juros devidos até a data de conversão de que trata o sub-item 15.5 acima, sobre a parcela de debêntures convertidas, serão calculados *pro-rata temporis* até a data de conversão e serão pagos cinco dias úteis após a citada data de conversão, devidamente atualizados por dia útil desde a data da conversão até a data do efetivo pagamento pelo IPC-r. **15.11.2 -** Em caso de extinção do IPC-r aplicar-se-á o disposto no sub-item II 5.2. acima. **16. Resgate Antecipado.** A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, a partir do 3° (terceiro) ano contado da data da emissão, resgatar no mercado debêntures pelo seu valor nominal corrigido monetariamente, acrescido de juros remuneratórios e de eventual prêmio. **16.1 -** Os debenturistas terão prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação do resgate, para manifestarem-se em caráter irrevogável por uma das seguintes alternativas: i) se aceitam o mesmo ou ii) se irão converter suas DEBÊNTURES em ações. Em ambos os casos, fica vedada a transferência das DEBÊNTURES neste período. **III. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA:** **1.** Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO: a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período; b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo; c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n° 60 de 14.01.87, alterada pela Instrução CVM n° 73 de 22.12.87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada Instrução; e d) imediatamente, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, e que possa, comprovadamente, direta ou indiretamente, afetar o cumprimento de qualquer obrigação assumida pela EMISSORA em decorrência da presente emissão. **2.** A EMISSORA obriga-se, ainda a: a) não realizar operações fora de seu objeto social; b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei n° 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais; c) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis; d) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias ou que possa, potencial ou efetivamente, ensejar o descumprimento pela EMISSORA de qualquer de suas obrigações ora estabelecidas; f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM; g) efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM n° 60 de 14.01.87, e da Instrução CVM n° 73 de 22.12.87; h) manter em adequado funcionamento serviços de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço. **IV. DO AGENTE FIDUCIÁRIO.** A EMISSORA nomeará AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão para representar, perante ela, EMISSORA, a comunidade dos titulares de DEBÊNTURES. **1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da escritura de emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição. **2.** Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunidade dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplência da EMISSORA: a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES, e cobrar seu principal e acessórios; b) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos; e c) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA. **V. VENCIMENTO ANTECIPADO.** **1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente emissão com relação às respectivas DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA e/ou pelos FIADORES do preço de emissão das mesmas DEBÊNTURES, acrescido de correção monetária calculada na forma desta emissão e juros, na ocorrência das seguintes hipóteses abaixo referidas, sem prejuízo do disposto nos artigos 762 e 954 do Código Civil: a) decretação da falência da EMISSORA; b) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação referente à emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; c) protesto legítimo e reiterado de títulos da EMISSORA; d) intervenção do Poder Executivo na EMISSORA, na hipótese prevista no artigo 188 da Lei n° 7.565 de 19 de dezembro de 1986; e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, efetiva e comprovadamente, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela EMISSORA nesta emissão; f) não cumprimento pela EMISSORA das obrigações assumidas com a General Electric Capital Corporation, no contrato de leasing operacional relativo a seis aeronaves Boeing 767-200, assinado em 15 de agosto de 1994. **2 -** O vencimento antecipado das debêntures será comunicado à EMISSORA por notificação remetida através de Cartório de Títulos e Documentos. **VI. ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS.** **1.** Os titulares das DEBÊNTURES poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunidade dos debenturistas. **2.** A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das DEBÊNTURES EM CIRCULAÇÃO. **3.** Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n° 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas. **4.** A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. **5.** As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem metade mais um no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação com relação a qualquer dos assuntos aqui previstos que exija aprovação dos debenturistas. Esta deliberação foi aprovada pela unanimidade dos votos dos acionistas presentes. **(2°)** - Autorizar a Administração da VARIG a praticar todos os atos correlatos à emissão das debêntures conversíveis em ações deliberada pela Assembleia, bem como delegar ao Conselho de Administração, quando necessário for, poderes para praticar os atos contidos nos incisos VI e VIII do artigo 59 da Lei n° 6404/76. Esta deliberação também foi tomada pela unanimidade dos votos dos acionistas presentes. A Assembleia autorizou, ainda, que na publicação desta ata sejam omitidas as assinaturas dos acionistas que a subscreverem. Esgotada, assim, a ordem-dia, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa e por acionistas que perfazem o "quorum" legal. **Porto Alegre, 17 de novembro de 1994.** A Mesa da Assembleia (a) Francisco Antunes Maciel Mussnisch - Presidente (a) Vera Maria Costa Dias Andriotti - Secretária. (aa) (seguem-se as assinaturas dos acionistas que perfazem o "quorum" legal). Certificamos que esta é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Porto Alegre, 17 de novembro de 1994.** (a) Francisco Antunes Maciel Mussnisch, Presidente. (a) Vera Maria Costa Dias Andriotti, Secretária. (a) Joaquim Fernandes dos Santos, Diretor Vice Presidente. **VISTO:** Flávia Zettler Gruber - OAB-RS 6931.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CERTIDÃO. Certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampados mecanicamente. (a) ilegível. GELSON ROBERTO KLEIN - Secretário Geral. 1.358.630. 24 NOV 1994.

**abrasca**  
 100% companhia associada

 UMA EMPRESA  
 COM AÇÕES EM  
 PODER DO PÚBLICO


**AÇÃO**  
 100% companhia associada